

FICHA TÉCNICA

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
Desenvolver uma atuação ministerial integrada, estruturante e resolutive na promoção do interesse social e na garantia dos direitos humanos.	Atuar visando garantir o direito ao meio ambiente equilibrado e a sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.	1.9.5 - Aperfeiçoamento de medidas no combate à supressão e degradação (desmatamento) da vegetação nativa. 1.9.10 - Fomento à criação, implantação, implementação e/ou regularização de unidades de conservação nos biomas mata atlântica, caatinga e cerrado na Bahia.

O PROJETO PODE TER UM TEMA VINCULADO NO IDEA?

SIM

EMENTA DO PROJETO

O Projeto Terra Protegida é uma iniciativa estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia, coordenada pelo CEAMA/MPBA, que integra inteligência artificial, geotecnologias e automação para combater o desmatamento ilegal, promover a responsabilização dos infratores ambientais e fortalecer a justiça climática. Por meio de um sistema de monitoramento contínuo baseado em alertas geoespaciais, executado pelo CIGEO/CEAMA, o projeto gera provas robustas com cadeia de custódia validada, qualifica a atuação ministerial e viabiliza respostas céleres, técnicas e eficientes. Com parcerias interinstitucionais, capacitação técnica e transparência ativa via Painel Digital, o Terra Protegida transforma a atuação ambiental do MPBA em um modelo replicável, baseado em evidências, inovação e compromisso com a proteção dos biomas baianos. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), ODS 15 (Vida terrestre) e ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes), o projeto evidencia seu diferencial ao articular proteção ambiental, inovação tecnológica e fortalecimento institucional como eixos indissociáveis de uma

atuação transformadora no sistema de justiça brasileiro, a partir de um novo paradigma de atuação eficiente, eficaz, efetiva e transparente do MPBA.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Bahia enfrenta um cenário alarmante de desmatamento, com mais de 290 mil hectares de vegetação nativa suprimidos em 2023, segundo o Relatório Anual do MapBiomas, - que é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia que produz e disponibiliza pública e gratuitamente o mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra com dados a partir de 1985, bem como valida e elabora relatórios para cada evento de desmatamento detectado no Brasil desde janeiro de 2019, por meio do MapBiomas Alerta.

Esse avanço do desmatamento, que ameaça à conservação dos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica na Bahia, é impulsionado principalmente pela expansão agrossilvopastoril e pela fragilidade na resposta institucional frente aos casos de desmatamentos ilegais.

Diante desse cenário e considerando a adesão do Ministério Público do Estado da Bahia ao Acordo de Cooperação Técnica nº 11/09/2020/CNMP/2020, firmado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), o qual *visa a produção e a disponibilização de dados e informações sobre a cobertura vegetal e o uso da terra no Brasil, busca o intercâmbio de conhecimento e experiências, bem como o compartilhamento de ferramentas e metodologias estratégicas para promover a proteção, conservação, recuperação e o desenvolvimento sustentável dos biomas brasileiros, no âmbito do Projeto MapBiomas Alerta*, foi estabelecida uma parceria estratégica para impulsionar as iniciativas ambientais do MPBA, conforme Termo de Adesão nº 08/01/2021/CNMP, para apurar os alertas de desmatamentos, responsabilizar os desmatadores e buscar a reparação dos danos ambientais.

Em consequência dessa parceria, no âmbito do MPBA foi criada a obrigação de recepção e adoção de providências investigativas sobre os alertas oriundos do Projeto MapBiomas Alerta, os quais se somaram aos demais alertas de desmatamento provenientes de outras fontes de informações oficiais e de denúncias feitas pelos canais de atendimento do MPBA.

Os alertas, principalmente aqueles oriundos do Projeto MapBiomas Alerta que fornecem dados atualizados e precisos sobre mudanças na cobertura vegetal e no uso da terra, tornaram-

se cruciais na atuação preventiva, repressiva e resolutiva do MPBA para identificar áreas críticas de desmatamento, monitorar desmatamentos ilegais, apurar e reparar danos ambientais e implementar ações eficazes para a proteção ambiental. A essas atuações soma-se ainda outra importante dimensão da governança pública - a capacidade de predição de cenários futuros relacionados aos usos do solo, à governança territorial e às dinâmicas das populações humanas, o que permite desenvolver no MPBA um raciocínio estratégico, antecipatório e mais qualificado sobre os riscos e impactos socioambientais e os desafios para sua atuação.

Por outro lado, apesar da disponibilização de dados robustos gerados por sistemas como o MapBiomas Alerta, a resposta institucional ao desmatamento ilegal ainda se mostra fragmentada, lenta e sobrecarregada, sobretudo nas Promotorias de Justiça. A ausência de um fluxo metodológico padronizado, o volume crescente de alertas e a dificuldade na produção de provas técnicas agravam o problema e comprometem a responsabilização de infratores e a reparação dos danos ambientais.

Desse modo, o Projeto Terra Protegida surge como resposta estratégica e estruturada a esse desafio. Sua criação permitirá a organização e a padronização da atuação do MPBA frente aos alertas de desmatamento e enfrentamento da crise climática, com o uso intensivo de geotecnologias, inteligência artificial, cadeia de custódia da prova e um modelo claro de articulação entre CEAMA, Promotorias, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). O Relatório Terra Protegida, produto técnico central do projeto, fornece elementos probatórios qualificados sobre autoria, dano e nexos causal, viabilizando uma atuação ministerial eficiente e segura.

O Projeto também propõe impulsionar a reparação administrativa, sem se afastar de sua missão institucional, ao prever a formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INEMA e a SEMA, que permitirá a adoção de fluxos operacionais conjuntos, com divisão clara de competências. O INEMA ficará responsável pela identificação e notificação dos responsáveis por imóveis rurais com alertas de desmatamento ilegais, promoverá sua regularização por meio de autuações administrativas e aprimoramento do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR). O MPBA, por sua vez, fiscalizará a execução dessas medidas e poderá atuar judicialmente nos casos de inércia ou descumprimento.

A formalização do ACT no bojo do Terra Protegida busca fortalecer, de forma coordenada, resolutiva e orientada à eficiência, uma atuação articulada e estruturada entre instituições públicas com competência legal e técnica para promover a regularização ambiental e evitar a judicialização desnecessária de milhares de ocorrências de alertas de desmatamento, que, obrigatoriamente, deverão ser tratadas no âmbito administrativo.

A problemática decorrente dos milhares de alertas de desmatamento encaminhados aos

MPBA será enfrentada de forma conglobante e se fundamenta nos termos do **art. 4º, § 5º da Resolução CNMP nº 174/2017**, em que a notícia de fato **poderá ser arquivada quando seu objeto puder ser solucionado em atuação mais ampla e mais resolutiva**, mediante ações, projetos e programas alinhados ao planejamento estratégico institucional.

O Terra Protegida, ao viabilizar o tratamento sistemático e articulado desses casos, busca dar concretude **art. 4º, § 5º da Resolução CNMP nº 174/2017**, ao possibilitar a adoção de uma política pública que racionaliza os recursos do sistema de Justiça, reduz a judicialização e promove, de forma mais célere e eficaz, a regularização ambiental e o enfrentamento da supressão ilegal da vegetação nativa e dos efeitos nocivos das mudanças climáticas.

O projeto resguarda a atuação dos promotores de Justiça, oferecendo-lhes um instrumento confiável e tecnicamente validado para fundamentar o arquivamento das notícias de fato inseridas em seu escopo, permitindo que concentrem esforços em situações de maior gravidade ou complexidade. Isso também permitirá a priorização de casos mais difíceis, de grande repercussão negativa ao meio ambiente, e a redução significativa do passivo processual, sem comprometer a proteção ambiental.

O Projeto Terra Protegida representa uma oportunidade institucional que congrega simultaneamente o combate ao desmatamento ilegal e o apoio à regularização ambiental, além de oferecer uma solução estruturada para um dos maiores gargalos operacionais da atuação ministerial ambiental – o excesso de procedimentos dispersos e de baixa resolutividade. Espera-se, com esse novo paradigma, fortalecer a atuação ministerial estratégica baseada em evidências, ampliar a responsabilização por ilícitos ambientais, qualificar as ações civis públicas e os TACs, promover maior transparência por meio de painéis públicos e, principalmente, consolidar um modelo replicável de justiça ambiental eficiente, eficaz, efetiva e transparente.